

# CONFERÊNCIA

## PERFIL DA MODERNA LITERATURA PORTUGUÊSA (1)

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com muita honra que falo nesta Faculdade e que pela primeira vez tomo contacto com a grande cidade de S. Paulo, não apenas legítima glória do Brasil, mas do Mundo contemporâneo, grande milagre, que é, da nossa época, imensa metrópole, feita à própria imagem do mundo em que vivemos, e como êle, obra de trabalho e de esforço.

Conhecemos em Portugal os méritos desta casa, a que chamaria com justiça "Augusta", se a palavra não parecesse colidir — e não colide — com a sua idade, recente, mas tão cheia já de serviços prestados à Cultura. Sabemos que êste estabelecimento foi o primeiro, na América do Sul, a dar aos estudos literários um carácter científico que cada vez lhe são mais indispensáveis; e ao humilde estudioso das letras de língua portuguesa que eu sou, é particularmente grato afirmar que em Portugal nos orgulhamos legitimamente de saber que nesta Faculdade, nomes sem dúvida ilustres do pensamento português contemporâneo, têm contribuído para a formação espiritual das novas gerações brasileiras que a freqüentam.

Todos êstes títulos pesam sôbre mim ao iniciar a leitura de um trabalho a que, propositadamente, e na consciência do pouco que sou e valho, quis tirar qualquer veleidade didáctica, incompatível com a conferência, e não lição, que me pediram. As palavras que vou ler, se não se resumem apenas a uma intenção informativa — inútil para auditório tão avisado na matéria — representam, isso sim, a definição de conceitos pessoais, acêrca da trajetória recente de uma literatura que muitas vêzes surge aos olhos estranhos, se não desfigurada, prejudicada na natural confusão da sua diversidade, de, dos abundantes meios atuais de divulgação e a época em

(1) — Conferência pronunciada em 8 de abril de 1952 no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

vivemos, que tantas vêzes prejudica a literatura, dando predomínio no estudo dos seus quadros a considerações que lhe são alheias.

Sei, porém, que é de certo modo pretensioso vir falar-vos da literatura portugêsa, não só porque a conheceis tão bem como eu, mas ainda porque me ficou de um período de mais de dez anos de exercício da crítica literária, na idade em que a inteligência e o fogo interior se confundem no mesmo amoroso debruçar sôbre os homens e as suas obras, o conhecimento da riqueza da vossa literatura, da seiva criadora dos vossos poetas e romancistas, que nada precisam pedir aos outros porque tudo encontram em si próprios, e, simultâneamente, quase inesperadamente para quem não atentasse na diversidade dos vossos recursos, a presença, num Brasil imenso e vário, cuja complexidade literária é um dos aspectos da sua riqueza, ao lado de prosadores estudantes, de psicólogos profundos e de poetas que olham o Mundo — função primordial do poeta! — com olhos virginais, livres da influência de caminhos alheios, uma capacidade crítica definida, síntese de equilíbrio e de espírito analítico na interpretação literária, artística, social ou histórica, unindo a originalidade dos conceitos à serenidade dos juízos.

Afastado, durante um largo período, dos temas literários, noutra função que não fôsse a de mero leitor e mesmo êsse — diga-se a verdade! — nem sempre atento, dadas as exigências da sua vida profissional, estar-me-iam reservadas a honra e a surpresa dum momentâneo regresso, em terra brasileira, à minha antiga atividade. Se me dessem a escolher, não escolheria outro quadro nem outro público. E por isso aceitei, consciente embora das minhas deficiências, fazer parte dêste grupo de conferencistas que o govêrno portugês agora mandou, ao Brasil, dando assim mais um claro testemunho da compreensão que lhe merece o problema do mútuo conhecimento cultural luso-brasileiro. A Missão de escritores não traz ao Brasil qualquer lição mas sim um abraço de amizade e de camaradagem. E se aos escritores e aos poetas, os une essa perene universalidade do espírito que a tudo sobreleva, é decerto mais apertado e fecundo o seu abraço, quando as afinidades do pensamento que o determina são reforçadas pela comunidade da língua em que o exprimem.

Decerto, o tema que escolhi é tentador para quem, como eu, sempre tem entendido que nas épocas de evolução ou de renovação teem mais importância as raízes da árvore do que os seus braços ou o próprio tronco — enquanto a chuva de muitos invernos e o calor de sucessivos verões não passaram sôbre a sua forma definitiva, ou não os consolidaram fisicamente; decerto, a atual literatura portugêsa, na medida em que, acompanhando a inquietação da época, se pode tentar definir mais pelos caminhos e pelo perfil, no entanto, que se tenta montar corpóreo numa forma definitiva, a que outros críticos, de longe, darão, de longe, a moldura própria. . . Mas, tenho preferência por mais do que nunca, aquêles versos dum poeta brasi-

leiro dirigindo-se a outro grande poeta vosso da geração anterior: “*Arte medida é pequena para cantar uma pátria grande demais...*” Eu não voŝ trago arte medida porque, — ai de mim! — não sei falar em verso, embora entenda que a poesia não precisa do espartilho formal. Mas trago-vos uma tentativa da interpretação literária, na linguagem sóbria e sêca que me parece ser a única verdadeiramente compatível com a aridez da crítica. E aquilo a que por comodismo se chama habitualmente “*conferência*”, só é legítimo quando possui um grande poder de comunicação entre o conferencista e o público. E eis porque sinto hoje tão vivamente a dificuldade da minha posição. A crítica, longe da poesia, é, de certo modo, como a “*arte medida*” do poeta. Assim, o vosso poder de comunicabilidade verbal, tão rico de música interior e exterior, tão opulento de imagens e de colorido, em que às vêzes mais diferentes teem cantado esta pátria “grande demais”, estranhará a aspe-reza, a secura, dum ensaísta mais habituado a escrever do que a falar, mais afeito ao monólogo do que ao diálogo. E’ que, perdoe-se-me a liberdade de expressão: para mim uma conferência tem de ser sempre, pelo seu poder comunicativo, um diálogo em que só fala uma pessoa.

\* \* \*

Em 1930, um escritor britânico, professor e erudito que procurara o clima de Portugal para retemperar a saúde, publicava em Lisboa o volume “*Literatura Portuguesa*” que não sei se é ainda aconselhado hoje pelos mestres de Letras no meu país, mas que, cêrca de 1941 ou 42, há dez anos, era consultado e seguido pelos alunos da respectiva Faculdade. Estudioso que aprendera em longos anos de convívio, não apenas espiritual mas humano — o que pode ser tão mais importante! — a conhecer e a amar as nossas letras, Aubrey Bell, trouxe à interpretação da História Literária portugêsa elementos valiosíssimos de investigação, um sentido crítico pertinente, livre das inevitáveis influências locais que podem tornar preconcebida a atitude crítica mais predisposta à independência. O seu livro, se bem me recordo, teve uma larga audiência. E embora entre estrangeiros, como Edgar Prestage, Le Gentil ou Philéas Lebesgue, se encontrassem, já então, alguns dos mais esclarecidos críticos da literatura portugêsa, logo se notou que Aubrey Bell conseguira erguer, com raro poder de condensação, um panorama sagaz e bastante completo.

Ao preparar êste trabalho que vos estou lendo, entre os primeiros livros que consultei estava o de Aubrey Bell. Não foi sem comovida saudade que o tirei da estante. As horas já remotas da iniciação literária, quando a cultura didática, com tôdas as suas qualidade e defeitos, retifica e amplia os primeiros juízos da intuição cu do gôsto, implicam sempre uma frescura que o tempo,

implacável, vai minando. Até no discordar das idéias alheias, há uma boa vontade, uma pureza, que nos exalta. Aubrey Bell transportava-me súbitamente, há semanas, com o seu livro de capa ber-rante, a uma época que foi apenas ontem mas já parece ante-ontem...

Esta idéia súbita, esta noção que só a diferença entre duas "atmosferas" contribuíra para tornar real de um momento para o outro, havia de confirmar-se à medida que ia folheando o livro. Por certo se mantinha a lúcida visão da literatura portuguesa digamos assim, clássica; por certo os juízos do escritor sôbre a literatura romântica em Portugal, não perderam atualidade. Mas se de tôda a obra, mais forçosamente manual panorâmica, do que crítica exegética, ficam de pé nomes e datas, comentados com inteligência, não havia dúvida — verifiquei-o agora — de que a exaustiva tarefa de interpretação literária efetuada em Portugal nos últimos vinte anos, contribuíra para afastar muito longe no tempo o livro de Aubrey Bell. Efetivamente, hoje considera-se mais importante, no estudo duma literatura, conhecer os seus caracteres fundamentais e através dêles aquilo a que podemos chamar a *sua consciência*, do que pròpriamente a sua evolução histórica. Um dos nomes que mais vinculados ficaram à renovação dos estudos críticos no Mundo, Charles du Bos, deu-nos a chave do seu conceito de literatura, quando escreveu ser ela, acima de tudo, *expressão*, ou ainda *lugar de encontro de duas almas, a vida tomando consciência de si própria através duma plenitude expressional*. É fácil, qualquer que seja o nosso critério pessoal, se concluirá que, na ligação entre a *criação literária* e a *alma*, esta impõe àquela uma função transcendente. A crítica, mesmo a mais racionalista ou a mais agnóstica, é levada a reconhecê-lo, quando defende só ser possível hoje uma literatura — expressão do homem integral, isto é, no conjunto dos seus problemas morais, psicológicos e metafísicos, e não parciaisado e, portanto, diminuído. E, aqui, retomo o meu ponto de partida; vinte anos daquilo a que por facilidade de expressão se pode chamar "crítica-filosófica", subverteram conceitos e juízos que pareciam arrumados no tempo. O livro de Aubrey Bell, tão útil, tão inteligente, serviu para dar-me a noção exata do caminho percorrido e de como foram ultrapassados os juízos críticos que defende. Apesar de relativamente recente, pertence a outro Mundo distante do nosso, na medida em que hoje a história da literatura não pode contentar-se em si mesma, mas sim na explicação das suas origens, do seu mistério e do seu perfil. Esta exigência que direi científica e não ousar considerar excessiva, tem uma influência que não se confina aos seus quadros. Através da literatura, um povo pode afirmar a sua plenitude histórica, e explicar a sua diferenciação étnica e psicológica. Enriquecer o conhecimento duma literatura é uma forma direta de valorizar a Realidade — Nação.

E' fácil ilustrar esta evolução dos conceitos críticos com um exemplo corrente: refiro-me ao caso, tanto nosso como vosso, de Eça de Queiroz. Hoje, por exemplo, admira-se em Portugal Eça de Queiroz tanto ou mais do que em 1925, — mas por motivos inteiramente diversos e que só engrandecem o escritor. Nos meus tempos liceais, mas já de curioso literato, era freqüente ouvir louvar em Eça a semelhança dos “tipos”, dos costumes, a anedota, a descrição fiel dos “meios” reproduzidos. Vinte e tal anos volvidos, o trabalho de aprofundamento dos seus críticos e biógrafos, deu a Eça de Queiroz o lugar que lhe pertence na História Literária, em relação indispensável com a sua figura humana, com a sua época, como o gênio literário português e com a escala de valores universal. A memória literária do escritor só ganhou com isto. E' mais sólido o amor que nasce do conhecimento do que do quente entusiasmo sem sentido.

Num período que, para simplificar, se pode situar entre os vinte ou trinta anos decorridos, tem-se exercido em Portugal uma obra de salutar correção crítica, talvez em prejuízo quantitativo da exclusiva criação literária, mas que afinal redundou em seu benefício, na medida em que reintegra valores, indica raízes, sugere até caminhos. Evidentemente que um país cuja primacial vocação lírica é unânimemente reconhecida, não a perde de um momento para o outro, nem a troca por um figurino cuja origem estrangeira é evidente. Para se chegar à florescência crítica atual, e que teve o seu apogeu nos anos que precederam de perto a última guerra, tinham sido necessárias tentativas isoladas, mas já definitivas. Pôsto de parte o caso de Ramalho Ortigão — em que a crítica política e de costumes, sobreleva o exercício intelectual e que solicitado pelo espetáculo da sua época, não pôde levar a cabo a obra de interpretação coletiva que planeava, à base dos documentos da pintura portuguesa, nos séculos quinze e dezesseis, podem, de certo modo procurar-se como predecessores da crítica literária e filosófica portuguesa contemporânea, Antero do Quental, das “Tendência”, Moniz Barreto, Sampaio Bruno e Teófilo Braga. A verdade, porém, é que se o gênio português encontra na expressão lírica, e não no romance ou na crítica, uma das suas constantes, na transição de um século para o outro é em duas tendências distintas que esse gênio se exprime: entre Guerra Junqueira e Antônio Nobre, por exemplo, não há apenas o abismo que separa o mundo exterior da substância íntima, o que opõe o lirismo tribunicio ou panfletário à confiança subjetiva. Mais do que isso, há duas escolas em presença, definidoras, quaisquer que sejam as sucessivas capas que o tempo lhes empreste, de dois caminhos paralelos que, portanto, jamais se poderão encontrar.

\*

\*

\*

Parece já lugar comum a afirmação de que, politicamente, o século vinte começou em 1914, melhor talvez, em 1918 — dando como fronteira entre os dois séculos a primeira grande guerra do nosso tempo. Ao procurar definir, embora com o fatal critério sumário próprio dum trabalho dêste gênero, as raízes da moderna literatura portuguesa (talvez fôsse preferível chamar-lhe “contemporânea” para evitar confusões de escolas e nomenclatura) poder-se-ia dizer o mesmo. Aliás, é natural que assim tenha sucedido, que as duas primeiras décadas do século tenham vivido como que na sombra fugaz do rastro luminoso, ou, pelo menos, brilhante, do final que o precedeu. Eça de Queiroz e Camilo eram suficientemente criadores apesar das influências que denunciavam, para irradiarem o fulgor das suas obras, das suas preocupações e do seu estilo, às gerações imediatas ou pelo menos (visto ser arbitrário sob o ponto de vista cronológico-literário esta designação de gerações) sôbre os que, literária e esteticamente, se lhes seguiram no tempo. Do mesmo modo, uma época que ofereceu à História da Poesia, Antero de Quental, Gomes Leal e Antônio Nobre, era demasiadamente rica para morrer consigo própria. Tinha de sobreviver-se.

Ao longo dêste breve estudo — desejo notar êste ponto com a devida clareza — evitarei quanto possível citar muitos nomes de autores a não ser como exemplos especialmente representativos. Ao procurar a linha, por assim dizer o travejamento da literatura portuguesa de hoje, insisto que me preocuparam muito mais as idéias do que os nomes. Nem vos estou lendo, pretensiosa e academicamente, um compêndio de História... E se o fizesse, cairia exatamente no risco de que sofreu Aubrey Bell: o de fechar nos perigos de uma classificação, possivelmente apressada e prematura, autores ainda não realizados completamente, ou, se já completamente realizados, ainda demasiadamente próximos de nós. E' que um criador literário ou artístico, uma figura humana típica, de um modo geral, ganha, como as paisagens mais belas, em ser vista de cima e a distância. Se o nosso pôsto de observação fôr alto, mais seguros podemos estar de abarcarmos, serenamente, a amplitude do conjunto. Os nomes que vierem, pois, ao de cima, serão apenas a ilustração e o exemplo necessários. Devo insistir neste ponto.

\* \* \*

Mas poder-se-ão analisar as linhas gerais da literatura portuguesa no princípio do século, desligando-a do “meio” ambiente? De forma alguma. Como reação contra êle, ou como seu produto, a literatura dum país exprime sempre uma realidade social. E, ainda como exemplo, seria talvez interessante erguer aqui um problema: até que ponto, se fôsem outras as circunstâncias da política nacional, em pleno constitucionalismo monárquico, fatigado o

organismo da Nação, entregues, os melhores, dum lado a uma apatia negativista, do outro ao combate às instituições vigentes, quando não às suas figuras representativas, até que ponto, preguntávamos, Eça de Queiroz, Ramalho, Fialho de Almeida, teriam sido como foram? Seguindo, embora, a voga estética do tempo, em Portugal e no estrangeiro, a obra destes três escritores não teria percorrido outro caminho, servido, para mais, cada um dêles pelo seu estilo próprio? Eis um ponto cuja discussão levaria longe. O que não se pode é abstrair, como disse, do meio ambiente. Terminada a guerra de 1914, é o momento de fixar grandes idéias que, antes dela ou durante o seu curso, não haviam encontrado atmosfera propícia. Melhor diria: é o momento das idéias, fechado aquilo a que podemos chamar o ciclo do sentimento. Em Portugal vivia-se bastante alheado dos movimentos literários europeus. Mercê de circunstâncias várias, conhecidas de todos, os homens de letras sentiam-se como que exilados na sua própria pátria. Eugênio de Castro descende espiritualmente de Antônio Nobre, corresponde-se com D'Annunzio e Maeterlinck, tem o seu nome citado nas antologias estrangeiras — mas vive na sua reclusão catedrática de Coimbra. Nesse período do princípio do século, dir-se-ia que é apenas na província, longe da confusão dos grandes centros, que o talento pode expandir-se livremente; Teixeira de Pascoais só raramente leva a sua juventude meditativa e panteista, viva de inquietação filosófica, das asperezas do Marão até ao Chiado; Antônio Correia de Oliveira, que viveu na capital dos últimos anos da Monarquia, contempla do seu miradouro minhoto, o oceano inspirador; Afonso Lopes Vieira sonha, entre o pinhal e o mar, uma obra de restituição nacional e de bom gosto literário que o immortalizará; Raul Brandão, mais cidadão, certamente, que os seus pares, pede, no entanto, ao litoral nortenho a inspiração das suas páginas mais fortes; Teixeira Gomes, a cuja obra de prosador talvez não tenha sido prestada, ainda, a necessária justiça, faz um lugar brilhante de Ministro em Londres, e ascende, mais tarde, num breve período, à Presidência da República — para acabar, também, no seu exílio voluntário do Norte da África, cansado da política em grandeza da época, e desgostoso dos homens; também diplomata, Antônio Patrício viaja o seu esteticismo literário, e o maior romancista português, depois de Eça de Queiroz, por ter unido o dom de fabulação e de técnica ao aticismo formal, — Carlos Malheiro Dias — vive no Brasil, deixando-se observar, aqui, pela mais digna tarefa a que um homem de letras, português ou brasileiro, pode dedicar-se: a de ser intérprete espiritual dum país junto do outro, acima do mero jôgo de palavras e dos sentimentos, inúteis, mesmo quando respeitáveis.

\*

\*

\*

O aparecimento de dois grupos diferentes — o “Integralismo Lusitano” e a “Seara Nova”, pode considerar-se, a meu ver, numa análise imparcial da literatura portuguesa dos nossos dias, não apenas como representativo de determinadas tendências político-filosóficas que se servissem da literatura como seu modo de expressão, mas também como o pretexto para a revelação de aptidões ou talentos pessoais diferenciados, que encontraram no espírito de grupo uma forma mais eficaz de comunicação entre si e com o público. E’ aliás esta característica da literatura portuguesa uma das que mais me interessam e que tentarei exemplificar resumindo-a assim: o escritor português, impellido pelo meio ambiente, procura reunir-se em grupo, segundo tendências nem sempre forçosamente comuns, mas apenas semelhantes; atingida individualmente a sua maturidade literária, por muito que esse grupo se mantenha unido em preocupações políticas, ou mais definitivamente doutrinárias, o espírito individualista, próprio do português, acaba esteticamente por prevalecer. Os nomes que citei atrás — e insisto que em mera exemplificação de circunstâncias para testemunhar uma unidade: a da fuga dos grandes centros — são testemunho disso. A mesma época e o mesmo país podem produzir talentos tão dessemelhantes entre si, como Raul Brandão, Malheiro Dias ou Lopes Vieira, uns mais genuinamente portugueses do que outros — mas ainda aqui se poderia averiguar até que ponto a cultura, por mais nacional, não é obra de interpretação e mútuo enriquecimento, através da soma de elementos renovadores.

Por mais que eu pretenda manter-me afastado de qualquer consideração extra-literária, creio impossível deixar de referir-me ao que o “Integralismo Lusitano” e a “Seara Nova” representaram como reacção intelectual contra os mitos meramente sentimentais e românticos da política da época. Os doutrinadores monárquicos do “Integralismo” e os doutrinadores republicanos da “Seara” tiveram de comum o mesmo esforço de impor idéias onde reinavam, sobretudo, preocupações imediatas de ordem partidária. Os anos passaram, o curso da História não se interrompeu, e é justo reconhecer que se, ao contrário do que parece à primeira vista, a política une, de fato, mais os homens do que a Arte, porque “funciona” também em planos sentimentais, os sobreviventes, em ambos os grupos, mantem hoje entre si uma ligação de ordem intelectual que resistiu ao inevitável desgaste do tempo, das desilusões e da fortuna. Mas a verdade é que para lá do que doutrinariamente os une — no plano literário, que é o que nos interessa aqui — cada um dos seus componentes realizou uma obra pessoal que, ousou apontar, teria sido possível à margem de qualquer grupo, longe, embora, das recompensas fáceis do aplauso mútuo, mesmo o mais justificado e legítimo. Isto é: o lirismo de Antônio Sardinha, os seus penetrantes ensaios de crítica histórica, simultaneamente retificação salutar de grandes figuras nacionais mal interpretadas ou conhe-



cidas, e apostolado civilizador num alto plano lusíada, a poesia, tão intelectual quanto íntima, de Alberto de Monsaraz, o vigôr estilístico de Hipólito Raposo, êstes sem dúvida os três casos pessoais mais significativos do “Integralismo” — e a obra de crítica, literária e filosófica, caracterizada pelo talento dialético, apologia da Razão pura e negação do transcendente, de Antônio Sérgio, a força panfletária de Raul Proença — suscetível de uma obra de sabor nacional como é a sua colaboração no “Guia de Portugal” — êstes na “Seara Nova”, teriam podido revelar-se e viver fora de qualquer agrupamento político, por si-mesmos, ou até melhor, na medida em que estariam libertos da necessária disciplina doutrinária, nem sempre propícia à crítica serena ou à criação independente.

Desta forma, nenhum dêstes dois grupos, de evidente influência — sobretudo o Integralismo — nas gerações políticas que se lhe seguiram, logrou influência no campo literário. Pode dizer-se que entre os escritores portugueses contemporâneos, ficcionistas, críticos literários ou poetas não se encontra a presença substancial do “Integralismo Lusitano” ou da “Seara Nova”. Embora haja casos isolados de atavismo, digamos assim, nenhum dos grupos fêz escola. As ramificações político-doutrinárias de ambos, não deram uma descendência literária a que se possa marcar indiscutivelmente essa paternidade, por mais evidentes que sejam, num ou noutro caso esporádico — mas mesmo êsse limitado a crítica histórica ou ideológica — afinidades e gostos.

\* \*  
\*

Durante longos anos, as modas, literárias e estéticas, chegaram a Portugal com sensível atraso. O fato tinha inconvenientes mas também vantagens pois que o processo de assimilação, sendo mais lento era, portanto, mais eficaz e duradouro. Finda a guerra de 1914-1918, os caracteres fundamentais da literatura encontraram terreno mais propício à evolução que se vinha anteriormente esboçando. Terminou a época da literatura, digamos assim, “plástica”, pintura que procurava uma verdade exterior ou aparente, desinteressando-se dos valores espirituais e do próprio Homem. A Arte deixa de ser imitada, passa a ser sugestão. Entra-se no caminho duma literatura especialmente subjetiva, que — resumindo — visa o absoluto da consciência, da sensação e do sonho. Assim, o escritor, que até aí se entregava apaixonadamente à pintura do Homem, procura pelos caminhos da análise apreender os movimentos da alma, e através dela, a natureza humana. A sua visão passa a ser mais interpretação abstracta do que reprodução da vida; renuncia-se a todo o modo discursivo, a tóda a posição transcendente dêle próprio em relação ao pensamento e aos sentimentos. O que

lhe interessa, fundamentalmente, são as palpitações mais secretas do Homem.

O gôsto das idéias vai dominar a literatura de entre duas guerras. Nietzsche e a negação dos valores morais, Bergson conciliando as exigências científicas com as da vida espiritual e considerando a inteligência um instrumento da ação. Freud impondo, com a psicanálise, a importância do subconsciente em todos os atos do Homem. Ao mesmo tempo assiste-se a um profundo renascimento católico, e dum modo geral, religioso.

E' certo que Gide proclama: "um grande artista só deve ter uma preocupação: ser o mais humano possível!" Mas Jacques Rivière afirma que "o problema dos limites da literatura se reveste dum caráter trágico, porque é, afinal e apenas, um problema religioso". O neo-tomismo transcende os limites da filosofia e apaixona, também, os chamados homens de letras *puros*. E' uma época em que as idéias se refletem poderosamente na literatura. E compreende-se: há, sobretudo, duas quereias em aberto — a dos que tudo reduzem ao fundo conhecimento do Homem, como um fim, e a dos que proclamam, primordialmente a necessidade da moral como disciplina, e o Homem como um meio.

O período que decorre entre as duas grandes guerras, testemunha que o romance não é apenas política mas que se pode servir da ciência, da economia política e da sociologia: é uma extensa galeria de designações e de rótulos, que não conseguem no entanto, abater os fundamentos da literatura, mesmo quando tornam o romance e a novela — e até de certo modo a poesia — como complemento de outros gêneros literários, quando não o veículo que facilita a inoculação das ciências e das idéias em espíritos desafeiçoados ao estudo metódico. A ficção tem, assim, um conteúdo científico, e através dela, e dessa nova pesquisa do Homem, são os próprios povos que podem definir a sua psicologia e a História o seu caminho. Assim como ontem, os romances de Dostoiewski ou de Tolstoi contribuíram para explicar melhor o povo russo, Thomas Mann dá-nos agora na "Montanha Mágica" a essência do tempo e prova as leis misteriosas da memória e das suas associações. . . E na verdade — se não é ousadia da minha parte meter-me como se diz em Portugal, "onde não sou chamado" — creio poder assim referir-me, à vontade, como exemplo, a um fato que pertence já à História literária do Brasil: a influência decisiva dos trabalhos de análise sociológica de Gilberto Freyre, na atual geração de romancistas brasileiros do Nordeste.

Um período, intelectualmente assim pletórico e diverso, teria, evidentemente, a sua repercussão em Portugal, refletindo, embora, a própria inquietação criadora de que eram exemplo. A psicologia introspectiva, a psico-fisiologia dos Wundt, a psicopatologia, o *elan vital* de Bergson, a preocupação kantiana de explicar filosoficamente a essência do tempo e do espaço, a angústia metafísica, e essa "sê-

de de absoluto” que trouxe para o catolicismo, em conversões sensacionais, muitos dentre os melhores espíritos da época, forjou, nos planos mais opostos, não escolas e correntes a que já vimos ser contrário o temperamento português, mas obras de crítica, ficção e até de poesia, cujo principal defeito será o de não poderem ser considerados como suficientemente representativos dum caráter nacional próprio. Carência de desenvolvimento duma filosofia autônoma ou de estudos sociológicos que valorizassem aspectos regionais diferenciados? A crítica apenas literária — e não filosófica — essa, quanto a mim não tem que ser original; a originalidade cabe ao crítico nos seus critérios e não à crítica, na sua estrutura; mas ao romance ou a novela podem, e devem, ser significativos duma maneira de ser nacional e serão tanto mais universais quanto refletirem problemas, paisagens ou perfis vincadamente locais. Ora, a verdade é que o romance ou a novela portuguêsas posteriores a Camilo, não são enriquecidos pela fusão da paisagem natural com a paisagem humana. No grande criador de frisos e tipos que foi Camilo, havia a marca dum gênio que alguns críticos já teem considerado, pela sua substância trágico-grotesca, mais generalisadamente peninsular do que português. Nenhum outro escritor, porém, deu, como êle, a atmosfera psicológica, social e poética, dos quadros e dos “meios” a envolver a atmosfera psicológica, individual dos personagens. E tanto assim, que muitas décadas após a sua morte, quem vai ao Minho, ou percorra, dum modo geral, o Norte, se sente transportado, dum momento para o outro e quando menos espera, a ambientes caracteristicamente camilianos, embora na obra do autor da “Brasileira de Prazins” predomine o humano sôbre a paisagem. Mas o escritor português de ficção, que procura enquadramentos regionais, corre o risco de ver o contexto novelesco das suas obras prejudicado pelo pitoresco, pela côr, pela branda claridade do sol ameno... Na reprodução de lugares, usos e modos de vida, muitas vêzes enriquece o tecido da língua, mas não vai ao âmago das paixões e esquece a realidade interior das figuras que anima. E’ um exemplo expressivo, o caso de Raul Brandão, que não conseguiu dar às suas obras aquela estrutura novelística que o seu estilo e os seus dons de observação bem mereceriam. Notas de paisagem litorânea ou insular, apontamentos incisivos e rápidos — *“Da lazarenta Cacilhas à piscosa Sezimbra são seis léguas por uma estrada atravessada de barrancos que o tráfego de peixe arruinou...”* só não morrem na ingenuidade alegre da aquarela, porque a fôrça dramática do prosador os fêz passar para além dos seus próprios limites literários. Mas a Raul Brandão, como a tantos outros escritores portuguêses que procuravam — ou procuram — meios sociais ainda não evoluídos, mais puros dos contactos do progresso do que os grandes aglomerados urbanos idênticos entre si, aconteceu que os efeitos se sobrepuseram às causas e — onde poderiam

ficar páginas ricas de interpretação folclórica ou sociológica, através do elemento humano, essencial contributo de conhecimento — apenas ficaram, as mais das vêzes, reportagens panorâmicas sujeitas à transitoriedade dessa condição. E' porventura na poesia que Portugal afirma hoje uma universidade que nasce precisamente da sua diferenciação — porque é na poesia que o caráter português melhor se reflete.

\* \* \*

Anteriores à agitação intelectual do primeiro após-guerra, os grupos *modernistas* que cêrca de 1915 em Portugal reagiram contra a tendência acadêmica e o convencionalismo literário, não partilhavam daquela preocupação nacional que, por exemplo, demonstrava, por êsse tempo Leonardo Coimbra, na filosofia que levava pouco antes Teixeira de Pascoais a fundar a “Renascença Portuguesa”, a que se juntariam novos poetas como Jayme Cortesão e Afonso Duarte e iria tentar o próprio Fernando Pessoa apesar das influências estrangeiras da sua obra. A revista “Orfeu” havia de nascer aqui nesta terra brasileira, quando em Copacabana — ainda sem arranha-céus niveladores e coletivistas... — Luís de Montalvôr e Ronald de Carvalho, sonhavam fundar uma publicação representativa das novas correntes européias e da juventude intelectual, da seiva lírica, do Brasil. Por êsse tempo, se não erro, Mário de Andrade — um nome que os escritores portugueses não esquecem — fazia de São Paulo o centro do modernismo brasileiro. Se o “Orfeu” agregou dois nomes que constituem balizas da corrente modernista em Portugal — Fernando Pessoa e Sá Carneiro — ela refletia, no entanto, tendências díspares, que iam desde as metáforas simbolistas a uma aguda penetração no mundo interior. Mas o modernismo teve, entre os seus méritos, o de ser, verdadeiramente, um exemplo de paralelismo luso-brasileiro. O “Orfeu”, é certo, pouco vive; o “Centauro” que lhe sucede não tem vida longa. Entretanto, ainda dêste lado do Atlântico, por êsse tempo, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, entre outros, só se afastam do movimento português equivalente, na medida em que demonstram uma combatividade que faltava ao *Orfeu* e ao *Centauro* mas que já se aproxima, porém, do *Manifesto Futurista* de Almada Negreiros e Fernando Pessoa, que poderia, se quisesse, fazer seu o desabafo de Manuel Bandeira “farto do lirismo bem comportado, funcionário público com livro de ponto, expediente, protocolo e manifestações de apreço ao Sr. Diretor...” E só agora, com êste meu primeiro contacto com o Brasil, eu sinto como o modernismo representa neste país uma resposta natural do poeta à terra, a sua identificação com a Natureza. E', aqui, uma expressão própria.

Passada a fase tumultuosa do Modernismo em Portugal, de novo se dá a dispersão dos valores. Na ficção e na poesia mais uma vez se impõe o mérito individual. São fáceis novos e expressivos exemplos à margem de qualquer grupo ligado entre si por identidade de conceitos. Aquilino Ribeiro começa, então, a afirmar a sua riqueza verbal de prosador, servido por copiosos recursos vocabulares, criando com o “Malhadinhas” um tipo regional de antologia e mais feliz quando reanima uma primitiva humanidade rústica do que na distração de meios urbanos; Ferreira de Castro leva daqui, do Brasil, com “A Selva” a obra de mais vasta irradiação internacional que se deve a um escritor português contemporâneo; Fernando Pessoa, confinado à tertúlia dos amigos íntimos, não prevê certamente que a morte em 1935 o vai situar desde logo — o que só a raros acontece — na História literária. Longe do grande público assombra os que o aproximam ou o leem, pela grandeza e complexidade da sua intimidade espiritual.

Não admira portanto que, não extinto ainda o rumor provocado pelos modernistas, o grupo da *Presença*, que se constitui em 1927, em Coimbra, encontre o terreno bem adubado para a nova sementeira que se propõe. No primeiro número da revista que dá o nome ao grupo, um dos seus Corifeus, implicitamente traça o programa: “*Em Arte é vivo tudo quanto é original. E’ original tudo o que provém da parte mais virgem, mais verdadeira e mais íntima da personalidade artística*”. E’ o lema da Arte pela Arte transportado nesse desenfastiado entre duas guerras para as repúblicas acadêmicas de Coimbra? Anos volvidos, um dos mais lúcidos críticos da História literária portuguesa, Hernani Cidade responderá: “Não. Arte pela arte, mas no sentido de exclusivo interêsse pela comoção estética...” Efetivamente, o grupo da *Presença* com o seu sentimento de disponibilidade perante descobertas e sanções, é bem, no próprio ecletismo dos seus componentes, o espelho português das grandes linhas da época, atrás definidas, até porque os peninsulares são facilmente dados à intro-versão.

Não se suponha, porém, que as suas teses, em bloco, ganharam aceitação rápida, já não direi do público, mas da massa culta; faltou-lhes para isso, quanto a mim, a indispensável raiz espiritual lusíada que afeiçoasse à “vis” portuguesa tendências que lhe são distantes, como a intuição “bergsoniana” ou a angustia “heideggeriana”, para citar dois exemplos acessíveis. A influência do grupo da *Presença* afirma-se junto das camadas literárias que lhe sucederam, sobretudo nos grupos escolares de Coimbra, embora não lograsse uma continuidade, que à distância de um quarto de século já se poderia ter revelado. E’, ainda, através, das suas primeiras figuras, como José Régio ou Miguel Torga (êste que até dado momento pertenceu ao grupo) que a *Presença* se impõe, e como entre os seus fundadores se encontra um crítico que mais tarde, a despeito duma vasta obra romanesca, é em atividade perió-

dica de imprensa que obtem acesso direto junto das massas — João Gaspar Simões — desde logo a doutrina literária do grupo tem o seu porta-voz.

Na esteira dos estudiosos da literatura portugueza que o precederam, como Joaquim de Carvalho, Hernani Cidade ou Fidelino de Figueiredo, mais acessível do grande público por ocupar uma tribuna direta, João Gaspar Simões é discutido e combatido; nunca porém lhe foi recusado o aprêço que a sua coragem merece e a justiça que é devida à sua coerência crítica.

\* \* \*

\*

Que panorama oferece a literatura portugueza no final da segunda guerra do século? Nesses cinco anos o Mundo foi abalado nos seus alicerces, subverteram-se princípios e hábitos; não foi apenas o estremeção inevitável em tôdas as conflagrações com a inerente aspiração reconstrutora finda a batalha das armas. Foi — digamos — uma transformação cósmica. Nos muitos milhares de refugiados que desceram da França, da Bélgica, da Holanda, ao parapeito portugês do Atlântico na hora dramática da invasão alemã, vinha muito, também, do espólio intelectual e artístico que o segundo “avant-guerre” tinha transmitido ao Mundo em aparente paz. Lisboa foi, num dado momento, o último reduto espiritual da velha Europa, e durante êsses anos tormentosos, Portugal demonstrou uma vez mais que o seu sentido de universalidade não é imagem histórico-geográfica de compêndio, mas tem, pelo contrário, o mais fundo significado humano.

Quem procure a genealogia das obras que nos últimos dez a quinze anos se teem publicado em Portugal, não pode alhear-se dum fenómeno comum a tôdas as gerações literárias do país e que atrás tentei, vagamente embora, enunciar: a capacidade receptiva dos nossos escritores. Assim como na Idade Média a poesia provençal se autonomizou em Portugal, num sentimento absoluto do amor, impressionando, com a novidade do seu subjetivismo (segundo Teófilo Braga) Byron e Musset, assim como no Renascimento o povo portugês soube fundir por um lado a mensagem humanista que lhe vinha do Mediterrâneo, da Itália e da Espanha, por outro a procura de novos horizontes através da chave do mistério marítimo, dos “vedados términos” camoneanos, se a expansão ultramarina trouxe para a literatura, como para a pintura e para a arquitetura, o contributo pletórico de novos valores estéticos, colhidos nos aspectos exteriores da vida física de além-mar, não houve posteriormente na Europa dos enciclopedistas, como na dos contra-revolucionários e até hoje, corrente, movimento ou doutrina que, na ordem especulativa, encontrasse indiferente o escol intelectual dum povo que conta entre os seus motivos de sa-

tisfação coletiva, uma curiosidade aberta aos quatro ventos do Espírito e a faculdade rara de poder desdobrar-se, com igual simpatia, no dom de dar e de receber. O panorama da literatura portuguesa contemporânea melhor se definirá através da obra de escritores isolados do que de grupos, nunca suficientemente homogêneos, como se notou; um Fernando Pessoa, tão estudado e compreendido no Brasil como em Portugal, influenciaria, lá como aqui, muitos poetas das novas gerações, seduzidos, uns pelo profetismo nacionalista, messiânico, da sua poesia, outros pela problemática metafísica ou dos seus heterônimos; no romance, decerto se mantém viva a linhagem queiroziana, a que pertenceu Malheiro Dias, senão na preocupação formal pelo menos na crítica dos costumes ou na observação de certos meios e de que pode considerar-se hoje representante de maior audiência, Joaquim Paço de Arcos, possuidor dessa virtude literária não comum em português que é, a capacidade de interesse narrativo. Se os romances de Fernando de Castro são ainda, momentos de poesia animada em ação — pois é como poetisa que a sua personalidade tão rica, se afirma definitivamente, Maria Archer escreveu páginas romanescas dum raro vigor, prejudicadas no entanto por um excesso de preconceito social.

A nova geração poética escuta os mesmos apelos que fazem da poesia de Mário Betrão uma expressão camonianiana das distâncias telúricas e dos exílios suaves da ausência, ou o balanço monocórdico e insistente do diálogo de José Régio entre o anjo e o demônio — menos distante, talvez, da serena inquietação da Certeza do que julga o próprio poeta, ou, ainda, a poesia, de substância lírica tradicional límpida na forma, mas densa na angústia que lhe traz a voz calada para sempre, de Carlos Queiroz. E propositadamente não me referirei à literatura dramática que me parece ser alheia ao caráter português. Por certo Gil Vicente aproveitou o que no português há de tragi-cômico, num sentido de recriação pública. Mas, do século dezenove até hoje, a influência garrettiana é mais de estilo que de gênero, e sai para fora da moldura do palco. Se com “A Severa” Júlio Dantas criou, no princípio deste século, uma peça de costumes que ultrapassa pela intenção e pelo talento, êsse âmbito restrito, se Alfredo Cortez trouxe, com “Gladiadores”, “Saias e Bâton”, um sôpro de força trágica e satírica raros no teatro português — a verdade é que nem as mais recentes fantasias de teatro poético, nem o apóio oficial ao teatro popular, conseguem, quanto a mim, afirmar, qualitativamente, a presença de uma arte dramática, autônoma e representativa.

A forte expressão católica da literatura portuguesa contemporânea evidencia-se sobretudo na poesia e, no ensaio filosófico. Não é normalmente, em Portugal, a criação romanesca um veículo religioso — talvez porque a fé vive enraizada de tal forma na

consciência do povo português que não exige o recurso apologético da ficção. O caso dum romancista recente, Francisco Costa, até na medida em que êle não resiste à tentação de transformar alguns dos personagens em porta-voz das suas idéias, afigura-se-me mais depressa significativo duma transposição para a atmosfera social portuguesa da técnica de certos romancistas ingleses contemporâneos — Charles Morgan e Maurice Baring especialmente — dentro duma moldura de preocupações psicológicas ao mesmo tempo libelo espiritual e observação interior, a que não é alheia, remotamente, a sombra de Mauriac.

Mas a verdade é que, falecido há alguns anos já, Manuel Ribeiro, em cujos romances a evocação de atmosferas predomina sobre a sua preocupação auto-biográfica de evolução religiosa, falta hoje a Portugal um romance moderno que, sendo especificamente português, seja caracterisadamente católico. Já o contrário sucede com a poesia.

Em muitos dos poetas das gerações recentes se nota certa iluminação interior, um suave realismo místico, talvez a “Santa realidade” claudeliana.

O extenso período de fecunda paz interna e de progresso espiritual que Portugal vem vivendo, reforçado pela neutralidade em tempo de guerra, fator inevitável de progresso, propiciou por um lado, como já se notou, o incremento dos estudos de crítica literária, mas também, como seria lógico em época de “tomada de consciência coletiva” o dos estudos históricos e políticos e de crítica ao homem ecumênico e ao nosso patrimônio ideológico. Herculano e Gomes Leal encontraram em Vitorino Nemésio, quanto a mim, o mais dotado dos prosadores portugueses contemporâneos pela flexibilidade original do seu estilo, um intérprete e biógrafo alertado para o estudo crítico de escritores e de obras, favorecido ainda pelo seu pendor ficcionista de que “Mau tempo no canal” é testemunho expressivo. José Osório de Oliveira trouxe à crítica literária um “apport” de experiência trans-continental que a valorisa. A grande tarefa de paralelismo crítico luso-brasileiro que avulta cerca de 1935 — e de que fôra, já muitos anos antes um dos mais entusiásticos paladinos o poeta João de Barros, deve-lhe muito, pela consciência e seriedade intelectual, com que vai ao encontro de figuras e obras e apaixona uma geração de escritores que, por considerar justamente independentes as duas literaturas de língua portuguesa, conhece as vantagens, para ambas, de igualmente se aprofundarem e definirem. Historiadores e críticos como Queiroz Veloso, Serafim Leite, Caetano Beirão, Damião Peres, Agostinho Veloso, Vieira de Castro, João Ameal, Rodrigues Cavalheiro acentuam a voga dos estudos históricos no Portugal contemporâneo.

\* \* \*

\*



Com o grupo de escritores que a si-próprios se classificam como “neo-realistas”, Portugal dá hoje a sua contribuição para a chamada *arte social*, rótulo relativamente elástico que, por tôda a parte idêntico, pode situar-se ali na correspondência atual do antigo romance e novela populistas, numa ambição anti-burguesa (mas não será o romance uma arte eminentemente burguesa?) cuja negação do indivíduo em proveito da classe, desdenha da penetração psicológica como elemento primacial e não chega a tornar o escritor naquilo a que um crítico francês chamou “o engenheiro da alma”. . . Já se aventou a origem *mediata* do neo-realismo português nos romancistas norte-americanos contemporâneos, de intenção social, como Steinbeck ou Hemingway, e talvez não haja desacôrdo na comparação, se se pensar que na origem filosófica da doutrina, e na fisionomia limitadamente jornalística — dêsses vastos frisos, quase sempre mais reportagem ficcionada do que construção fabulosa ou observação interior. Porém, dentro da *escola* pròpria-mente dita, não se verifica uma unidade que entre si ligue os seus membros. E’ certo que há um clima social predominante, numa literatura que quer refletir as duras exigências do nosso tempo — mas não é função da arte estar ao serviço dos fátôres imperativos que, exatamente por sê-lo, contribuem para um racionamento da inteligência. E’ na medida que a realidade é estreita, limitada, comensinha — que o artista criador lhe deve fugir, alargando-a nessa procura doutros horizontes — fuga que é para êle o sumo da sua tragédia e razão da sua íntima glória.

Ao neo-realismo português falta em primeiro lugar uma estrutura nacional, incompatível com o que de panfletário e intencional o diminui: escasseia-lhe depois, a marca espiritual da obra, que é sempre o mínimo de poesia transfiguradora: os que erguem a bandeira do grupo parecem viver presos demasiadamente à escravisação dos temas; procuram-nos, não os encontram. E’ o caso de certo modo, de Alves Redol. Quanto a outro romancista, Fernando Namora, afigura-se-me que só se enquadra no neo-realismo por função dos temas que teve ao alcance da sua experiência — e as suas qualidades podem, por si mesmas, pelo caráter peninsular da observação e da recriação, sobreviver ao esgotamento dos motivos locais — isto é, viver e crescer com o escritor na trajetória normal da sua evolução. Fazem alguns críticos comparações relativamente fáceis, entre a geração neo-realista e o grupo de romancistas brasileiros, surgido cêrca de 1930, no Nordeste do Brasil. Se, em características gerais do estilo é inegável a inspiração dos vossos modernos romancistas sôbre êste grupo de escritores portugueses, através da mesma presença do *meio* natural e dum fresco desprendimento formal, não há dúvida de que êsse setor do romance moderno brasileiro, amplamente colabora na definição dum caráter nacional e tem assim uma função quase científica e histórica na recriação dos costumes, no estudo indireto dos agentes físicos da terra e na pene-

tração psicológica de tipos diferenciados, que falta, como já vimos, ao romance neo-realista português, porventura mais documental e sem dúvida com uma intenção social de reivindicação objetivamente polêmica, oposta ao verdadeiro sentido da literatura como arte. Um exemplo é testemunho do que a literatura pode contribuir para um aprofundamento psicológico sem deixar de ser socialmente preocupada. E' o caso de Domingos Monteiro, novelista de vôo dramático, fora duma tradição genuinamente nacional e que, acordado para as inquietações humanitárias não lhes sacrifica o conteúdo psicológico, a nebulosa interior, das suas obras.

\* \* \*

Segundo Alberto Thibaudet à literatura se pode aplicar o que Eduardo VII disse a alguém, que estava bebendo apressadamente um saboroso vinho francês: "Não tenha pressa. Vinho como este, olha-se primeiro, respira-se, bebe-se devagar — e, depois, fica-se a falar d'ele..." Também eu, impenitentemente, homem de letras, no sentido de curioso mais do que profissional, num mundo que se compraz em negar tudo quanto não esteja escravizado a uma técnica qualquer, me alonguei demasiadamente, no suave gôsto de *falar depois*, sem preocupações didáticas ou esquemáticas, digamos: sem olhar aos rótulos das garrafas nem à procedência, dêsse vinho perturbador e aliciante que é o mistério da genealogia de qualquer literatura, nas suas raízes tantas vêzes indefiníveis, tantas vêzes remotas — no seu perfil tantas vêzes secreto.

E assim chego ao termo destas considerações que bem quisera breves — sem pouco mais ter feito do que aflorar problemas ou idéias. Frente a fôlha em branco, vejo que se mantem de pé as interrogações que ao longo desta conversa me encontrei a formular — e já outra me surge: será missão do crítico literário responder-lhes, ou antes, não deverá êle ter a coragem de não afirmar nem consultar? Seja como fôr, quis trazer-vos aqui, não um panorama da literatura portuguesa contemporânea, abundante de nomes, datas, definições, mas, antes, as linhas que a comandam ou explicam, porque através delas melhor se pode procurar-lhe um sentido e um rumo. Não sei se conseguí fazê-lo: uma única conclusão tentô, no entanto, tirar, de quanto disse — e, essa, é a de que a literatura portuguesa, através das modas, doutrinas e fórmulas, continua a ser representativa dum individualismo de espírito que a torna naturalmente contrária, senão hostil, à mediocridade da produção em série, e a defende do "perigo de morte" que hoje velada num ideal comum e subordinada aos automatismos contemporâneos — da lógica, da ciência, do coletivismo — é a negação de si-própria.

Entre a literatura clássica, clarificadora das formas idealistas, em ordem à realidade ambiente, e a literatura moderna, preocupada

na explicação da vida interior, há um longo percurso, trajetória interrogativa — e porisso mesmo criadora.

Essa sucessiva experiência, que garante a perenidade e a renovação duma literatura, ensinou ao escritor português que é ao serviço não da abstração do homem, mas sim do Homem, real e inteiro, que êle deve pôr a sua arte. Do homem — lama e estrélas. Do homem — côrpo e alma.

**LUIZ FORJAZ TRIGUEIROS**

Do "Diário Popular" de Lisboa.